

A “SÍNDROME DE BABEL” e a nova doutrina de segurança dos EUA (II)

JOSÉ LUÍS FIORI

Ora, Javé desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Javé disse: “Eis que todos constituem um só povo e falam uma só língua. Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum desígnio será irrealizável para eles. Vinde! Desçamos! Confundamos a sua linguagem para que não mais se entendam uns aos outros. Javé os dispersou dali por toda a face da terra, e eles cessaram de construir a cidade. Deu-se-lhe por isso o nome de Babel, pois foi lá que Javé confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi lá que ele os dispersou sobre toda a face da terra.

Gênesis 10-11, Edições Paulinas, São Paulo, 1980, p. 45

A história da Torre de Babel é muito antiga e enigmática, e reaparece de forma quase idêntica em vários lugares e culturas da história milenar da Mesopotâmia. Como todos os grandes “mitos” que resistiram ao passar do tempo, este também contém verdades e lições que transcendem a sua época, sua origem étnica, ou mesmo sua função religiosa original. Como é o caso, sem dúvida nenhuma, da versão judaico-cristã deste “mito de Babel” que sintetiza um contexto imaginário e uma “síndrome” universal da luta pelo poder, muito sugestiva para quem se proponha a explicar a mudança recente da conjuntura internacional e da estratégia de segurança dos EUA.

O “mito da Torre Babel” conta a história dos homens que se multiplicam, depois do Dilúvio, unidos por uma mesma linguagem e um mesmo sistema de valores, propondo-se conquistar o poder de Deus através da construção da Torre. E conta como Deus reagiu ao desafio dos homens, dividindo-os e dispersando-os, dando a cada nação uma língua e um sistema de valores diferentes, de forma que não pudessem mais se entender nem se fortalecer conjuntamente. Depois disso, na sequência da mesma narrativa histórico-mitológica, Deus abre mão de sua “universalidade” e escolhe um único povo em particular, como porta-voz de seus desígnios, como instrumento de sua vontade e realizador de suas guerras contra todos os povos que ele mesmo criou no momento em que decidiu dividir e dispersara humanidade primitiva, em Babel.. Pois bem, nossa hipótese é que o sistema mundial, e os EUA particular, estão vivendo e enfrentando essa mesma “síndrome”, nesta segunda década do século XXI.

Expliquemos melhor nossa hipótese e nosso argumento:

A unidade básica de poder do sistema mundial em que vivemos, nesse início do século XXI, ainda segue sendo o “Estado nacional”, com suas fronteiras claramente delimitadas e sua soberania reconhecida pelos demais membros do sistema. Esse “sistema interestatal” se formou na Europa, durante o “longo século XVI” (1450-1650)¹ e desde seu

¹ Expressão usada pelo historiador francês Fernand Braudel, para referir-se às “longas durações” da história humana.

“nascimento” se expandiu de forma contínua, para dentro e para fora da própria Europa, na forma de grandes “ondas explosivas” que ocorreram, concentradamente, nos séculos XVI e XIX, e na segunda metade do século XX. Nesses períodos, o sistema estatal europeu conquistou e/ou incorporou o território dos demais continentes, impérios e povos, que foram adotando, aos poucos, as regras de convivência internacional estabelecidas pela Paz de Westfália, firmada em 1648, depois do fim da Guerra dos 30 Anos (1628-1648).

A Paz de Westfália foi assinada por cerca de 150 “autoridades territoriais” europeias, mas só existiam naquele momento seis ou sete “Estados nacionais”, com sua forma moderna, e com as fronteiras que se mantiveram depois da guerra. Depois das guerras bonapartistas, no início da “era imperialista” (1840-1914), esse número cresceu graças às independências dos Estados americanos, e no final da Segunda Guerra Mundial, a carta de criação das Nações Unidas foi assinada por cerca de 60 Estados nacionais independentes.

Na segunda metade do século XX, entretanto, o sistema interestatal deu um salto e se globalizou, e hoje existem quase 200 Estados soberanos com assento nas Nações Unidas. Contribuíram para esse aumento geométrico o fim do colonialismo europeu e a independência dos Estados africanos e asiáticos. Com destaque especial para a China, que transformou sua civilização e seu império milenar num Estado nacional, que se integrou definitivamente a todos os organismos e regimes internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial, depois do fim da Guerra Fria. Por isso, aliás, muitos analistas americanos falaram na década de 1990, do “fim da história” e do nascimento de um mundo unipolar, com a vitória da “ordem liberal” e a universalização do sistema de valores ocidentais, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

E tinham razão, porque de fato, nesse período, os Estados Unidos alcançaram uma centralidade no sistema mundial e um nível de poder global sem precedentes na História da Humanidade, junto à globalização do sistema interestatal capitalista e de todas suas regras e instituições criadas pela ordem liberal do século XX. Mas ao mesmo tempo, esta expansão do poder americano teve papel decisivo no ressurgimento da Rússia e no salto econômico da China, as duas novas potências que passam a se utilizar das regras do sistema interestatal, e de suas mesmas normas, regimes e instituições, para questionar o novo mundo liberal e unipolar americano. Em particular, a Rússia, no campo militar, e a China, no campo econômico. Mas também o Irã, a Turquia, a Coreia do Norte e vários outros países, que se utilizam hoje da “diplomacia de Westfália” e da “geopolítica das nações”, inventada pelos europeus, para questionar a própria hierarquia deste sistema europeu liderado pelos Estados Unidos.

Do nosso ponto de vista, foi exatamente essa convergência e homogeneização normativa do sistema interestatal, por um lado, e aumento do poder e da unidade dos Estados que questionam a centralidade americana usando suas próprias regras de jogo, que começaram a ameaçar o poder global norte-americano, obrigando os EUA a darem uma guinada de 180 graus em sua estratégia internacional, tal como ocorre naquilo que chamamos de “síndrome de Babel”.

Aqui como no mito milenar, desafiados nos seus próprios termos, os Estados Unidos decidem abdicar de sua “universalidade moral” dentro do sistema e desistem do velho projeto iluminista de “conversão” de todos os povos aos valores da razão e da ética ocidentais. Ao mesmo tempo, abrem mão de sua condição de guardiões da “ética internacional” e de árbitros de todos os conflitos do sistema mundial. Mas não deixam de considerar que seus valores nacionais são superiores aos dos demais, e se assumem como um “povo escolhido” que opta pelo exercício unilateral de seu poder, através da força e da promoção ativa da divisão e da dispersão de seus concorrentes, e do boicote a todo tipo de

blocos políticos e econômicos regionais, seja a União Europeia, o NAFTA, o BRICS, ou a UNASUL.

Ou seja, os Estados Unidos se assumem como um “povo escolhido” e abdicam de sua “universalidade moral”, para alcançar a condição de um “império militar” de escala global. No entanto, ao mesmo tempo, os EUA reconhecem e valorizam o sistema interestatal e se propõem a sustentar uma competição permanente pelo poder, com as outras grandes potências, numa luta que não terá árbitros nem posições neutras, e onde todas as alianças e guerras serão possíveis, em qualquer momento e lugar. Um sistema no qual cada país terá que fazer valer seus interesses nacionais por si mesmo, através do aumento contínuo do seu poder econômico e militar, através de uma corrida tecnológica que deve levar a humanidade ao patamar sem precedente de inovação armamentista.

Essa nova estratégia internacional dos EUA pode ser revertida? É muito difícil de saber, porque ela não nasceu subitamente, nem é obra do presidente Donald Trump. É produto de uma longa luta interna dentro da sociedade e do *establishment* americano que ainda está em pleno curso. Mas a simples publicação oficial deste documento sobre a estratégia de segurança nacional dos EUA, já assinala uma vitória - mesmo que incompleta - do segmento ligado mais diretamente ao sistema de informação e de gestão “império militar” norte-americano. Por isso, do nosso ponto de vista, o mais provável é que as linhas centrais dessa nova estratégia se mantenham com qualquer governo depois de Trump, e só venham a ser alteradas por um novo equilíbrio de forças dentro do sistema mundial imposto pelas demais potências do sistema.

O problema é que para chegar até esse novo equilíbrio, as demais potências terão que seguir a própria cartilha dos norte-americanos, e este é um caminho que passa perigosamente pela beira do abismo da guerra.

Fevereiro de 2018